

DO BRASIL CONECTADO AO

BRASIL DIGITAL

*Carta e propostas do Setor
de Telecomunicações
aos Presidenciáveis em 2026*





conexis
brasil.digital

A Conexis Brasil Digital reúne as principais empresas de telecomunicações do país, operadoras responsáveis pela infraestrutura que sustenta a economia digital, impulsiona a inovação, promove a sustentabilidade e conecta milhões de brasileiros.

Em um contexto de acelerada transformação digital, a Conexis atua como a principal voz do setor, promovendo o diálogo com a sociedade e os poderes públicos para fortalecer políticas que ampliem a conectividade e contribuam para digitalização do país.

Algar



SERCOMTEL

TIM

vivo

Brasília, junho de 2026

Estratégias para um Brasil Digital

Carta aos Presidenciaíveis

Senhores Candidatos,

A conectividade é a base da nova economia, impulsionando transformações econômicas e sociais. De governo digital à telemedicina e ao teletrabalho, da educação a distância ao agronegócio conectado e às cidades inteligentes, da Indústria 4.0 ao comércio eletrônico, a conectividade transforma a sociedade e a economia. Estamos definitivamente na era da Inteligência Artificial, dentre tantas outras profundas transformações tecnológicas, e as telecomunicações permeiam todos os aspectos da sociedade, permitindo o funcionamento da economia digital.

Para apoiar o Brasil a se posicionar entre os líderes dessa nova era digital e de inovação, o setor de telecomunicações, representado institucionalmente pela Conexis Brasil Digital e por suas associadas, apresenta um conjunto de propostas destinadas a impulsionar a conectividade, elevar a produtividade,

promover a inclusão digital e fomentar o desenvolvimento sustentável do País no próximo ciclo de governo. Trata-se de uma agenda que permitirá ao Brasil transformar sua ampla conectividade em uma efetiva plataforma de inovação, produtividade e desenvolvimento digital.

Desde o início da era industrial, a inovação tecnológica consolidou-se como um dos principais vetores do desenvolvimento econômico e social. Com o avanço das tecnologias da informação e da comunicação, a conectividade tornou-se um elemento transversal a todos os setores da economia e da vida cotidiana. Nesse contexto, as telecomunicações deixaram de ser apenas um serviço para se consolidarem como infraestrutura estratégica essencial, indispensável ao funcionamento da sociedade contemporânea.

No Brasil, essa transformação foi sustentada por um esforço contínuo de investimentos privados. Ao longo de mais de 27 anos, o setor de telecomunicações investiu R\$ 1,37 trilhão na construção e modernização de redes, consolidando uma infraestrutura digital robusta, resiliente e de alcance na-



cional. Esse esforço posicionou o País entre os maiores mercados globais de telecomunicações, com mais de 350 milhões de acessos ativos aos serviços, participação de 2,7% no PIB e geração de 1,7 milhão de empregos diretos.

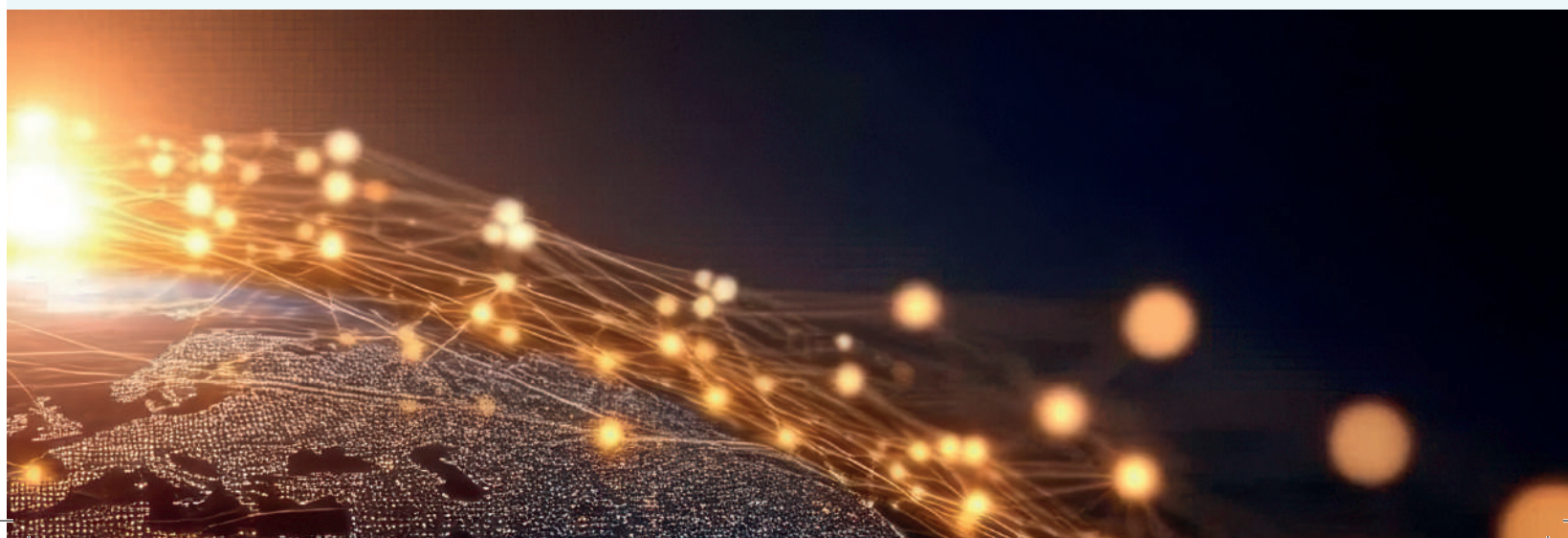
Em 2026, o Brasil encontra-se em um momento decisivo de sua trajetória de transformação digital. O 4G está presente em 100% dos municípios brasileiros e praticamente todos eles contam também com infraestrutura de fibra óptica. A expansão do 5G — já presente em cerca de 1.500 municípios — inaugura uma nova etapa de desenvolvimento, marcada pela convergência entre conectividade, computação em nuvem, inteligência artificial e análise de dados.

Hoje, temos um Brasil conectado, capaz de ampliar o acesso à cidadania, aos serviços e às oportunidades de negócios. Os brasileiros permanecem, em média, nove horas por dia conectados; 78% realizam compras pelo celular e 54% já utilizam ferramentas de inteligência artificial generativa. São realizadas cerca de 3 milhões de teleconsultas por ano, com 70% dos casos resolvidos no ambiente digital. Mais de

4 milhões de pequenos empreendedores iniciaram seus negócios no último ano, apoiados por plataformas e modelos de negócio que só existem graças à conectividade.

Mas é preciso avançar para um Brasil Digital. O progresso tecnológico tem potencial para movimentar centenas de bilhões de reais anualmente na economia brasileira, desde que acompanhado por políticas públicas adequadas e por um ambiente regulatório favorável ao investimento e à inovação. O País pode agregar até R\$ 1,3 trilhão à sua economia com o avanço da digitalização.

As conquistas dos últimos anos são inegáveis, mas ainda existem desafios relevantes a serem superados para que a conectividade alcance todo o seu potencial de transformação econômica e social. Entre eles, destacam-se a redução das barreiras de acesso à conectividade; o fortalecimento do letramento digital, permitindo que toda a população faça uso significativo das tecnologias; a ampliação da digitalização dos setores produtivos e dos serviços públicos; a redução das assimetrias regulatórias e competitivas entre os agen-



tes do setor e as grandes plataformas digitais globais; e a modernização do ambiente regulatório e fiscal, especialmente por meio da redução da carga tributária incidente sobre produtos e serviços. É fundamental reconhecer que os investimentos realizados pelo setor constituem a base sobre a qual se apoiam as transformações econômicas e sociais do País. Em um cenário marcado por restrições fiscais e pela busca crescente por eficiência na gestão pública, a criação de condições favoráveis ao investimento privado torna-se ainda mais estratégica para garantir a expansão da infraestrutura digital e acelerar a inovação.

Diante desse cenário, a Conexis Brasil Digital propõe uma agenda estruturada em incentivo ao investimento – com foco em estabilidade regulatória, segurança jurídica e sustentabilidade econômica –; promoção de um ecossistema digital competitivo e equilibrado, com regras justas e redução de assimetrias entre agentes; e ações para aumentar a produtividade e inovação.

Nesse sentido, o setor de telecomunicações coloca-se à disposição para contribuir com a construção de uma agenda nacional capaz de conduzir o país de um Brasil Conectado a um Brasil Digital. Temos a convicção de que, ao colocar a tecnologia e a inovação a serviço do desenvolvimento e da melhoria da qualidade de vida de toda a população brasileira, o Brasil estará mais preparado para enfrentar os desafios do pre-

sente e do futuro e para construir uma sociedade mais inclusiva, produtiva, competitiva e sustentável.

Respeitosamente,

Alberto Griselli,

presidente da Conexis Brasil Digital

Marcos Ferrari,

presidente-executivo da Conexis Brasil Digital



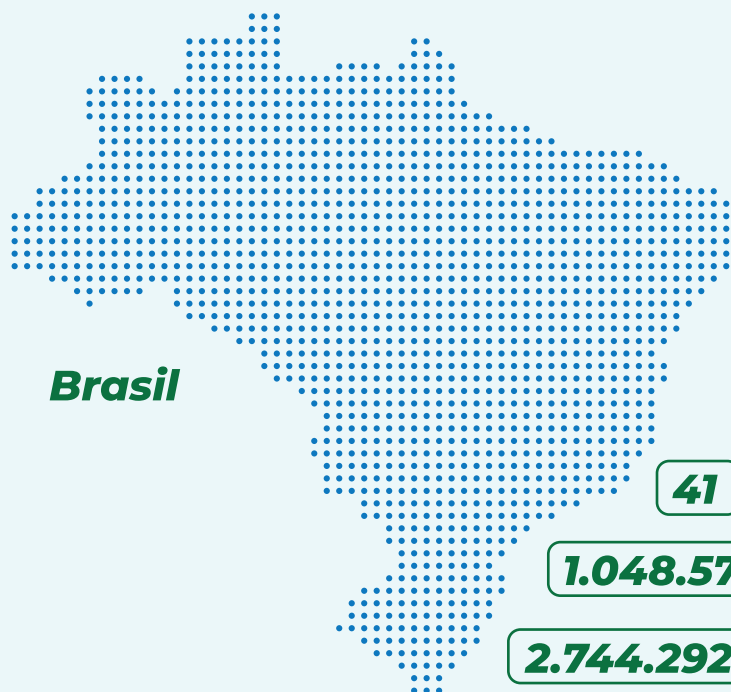
1. Contexto Macroeconômico do Setor de Telecomunicações

A economia digital brasileira é significativamente maior do que indicam as estatísticas tradicionais. Telecomunicações e TIC formam um ecossistema integrado que conecta infraestrutura de rede, equipamentos, serviços digitais, conectividade e conteúdo. Essa cadeia de valor sustenta a transformação digital da economia brasileira e demonstra que os impactos do setor vão muito além das operadoras e empresas de tecnologia tradicionalmente identificadas.

Os números evidenciam a relevância estratégica do setor para o desenvolvimento nacional. O ecossistema de telecomunicações e TICs gera aproximadamente 2,7 milhões de ocupações diretas, reúne mais de um milhão de empresas, movimenta uma massa salarial superior a R\$ 174 bilhões por ano e contribui com mais de R\$ 20 bilhões anuais em arrecadação de ICMS. Trata-se de um dos mais relevantes vetores de desenvolvimento econômico e social do país, contribuindo simultaneamente para competitividade, inovação e bem-estar social.



A Economia de TIC e Telecom



Brasil

41 Setores

1.048.575 Estabelecimentos

2.744.292 Trabalhadores



2,7 milhões
de postos de trabalho

Rais 2024; PNADc, 2025



R\$ 5.284
valor do salário médio

Rais 2024; PNADc, 2025

Supera a média nacional em 55%



+1 milhão
de empresas

Ministério da Economia (ME), 2025



+20 bilhões
arrecadados em
ICMS ao ano

SEFAZ estaduais e ME, 2024 e 2025



R\$ 3,5 bilhões
em exportações
de bens

ComexStat, 2025



Menor inflação
acumulada de todos
os grupos do orçamento
desde 2020

IBGE, 2026

29 p.p. abaixo do IPCA

Gráfico 1 – Raio-X dos setores de TIC e Telecom no Brasil | Fonte: ECOA Consultoria Econômica, 2026.

Mais importante do que sua dimensão econômica direta, entretanto, é seu efeito multiplicador sobre a produtividade dos demais setores. Evidências empíricas apresentadas pela Ecoa indicam que dobrar o número de conexões de Internet das Coisas (IoT) está associado a um crescimento de aproximadamente 4,5% da produtividade econômica. Isso sugere que a infraestrutura digital e a própria conectividade não deve ser compreendida como um fim em si mesmo, mas como meio, instrumento fundamental de transformação da economia real.

A força de trabalho da economia digital combina diversidade, qualificação e elevado potencial de geração de renda. Além dos empregos formais diretamente associados ao setor, a conectividade impulsiona novas formas de trabalho, empreendedorismo e prestação de serviços digitais, ampliando oportunidades econômicas para milhões de brasileiros. Nesse sentido, 35% dos usuários de Internet já a utilizaram para trabalhar, 2,2 milhões de pessoas trabalham por meio de aplicativos e 57% dos trabalhadores de apps dependem exclusivamente deles para renda.

A transformação digital da economia brasileira depende diretamente da infraestrutura e dos serviços providos pelos setores de Telecom e TIC. Do empreendedorismo ao sistema financeiro, passando pela indústria, comércio eletrônico e inovação tecnológica, a conectividade tornou-se condição indispensável para ganhos de eficiência, produtividade e inclusão social, como mostram os dados a seguir:



Raio-X das Atividades Econômicas de TIC e Telecom - Brasil

Setores de TIC e Telecom constituem a espinha dorsal do empreendedorismo e comércio modernos



3 em cada 4 pequenos empreendedores utilizam computador no negócio

- Quase metade (47%) utiliza software ou aplicativos de gestão

Sebrae, 2025



89,1% das empresas industriais utilizam tecnologias digitais avançadas como forma de aumento de eficiência em processos*

- Parcela de empresas industriais utilizando Inteligência Artificial subiu 25 p.p. entre 2022 e 2024

IBGE, 2024



O e-commerce movimenta R\$ 235 bilhões por ano, o equivalente a quase 10% do varejo total

- Crescimento de 1.200% em 5 anos
- 63% das vendas online são interestaduais

Abcomm, 2025 / MDIC, 2024

*A pesquisa define como tecnologias digitais avançadas: Análise de Big Data, Computação em nuvem, Inteligência Artificial, Internet das coisas, Manufatura aditiva ou Robótica. Fonte: PINTEC Semestral.

Viabilização de dinamismo financeiro e novas transações

O setor bancário é o que mais gasta em TI, alcançando 21% do faturamento médio

FGV, 2025



11% dos profissionais dos bancos são da área de TI

FEBRABAN, 2025

Sem TIC e Telecom não haveria

- Cartões de débito e crédito
- Transferências eletrônicas (TED, DOC e Pix)
- Mobile Banking
- Registro e liquidação eletrônicos de boletos e truncagem de cheques
- Em 2024, o Pix superou o dinheiro como meio de pagamento mais utilizado;
- Em 2025, já correspondia a mais da metade de todas as transações registradas, tendo processado R\$ 8,4 trilhões somente no 2T de 2025

Fonte: BCB

Gráfico 2 - Raio-X dos Setores de TIC e Telecom no Brasil | Fonte: ECOA Consultoria Econômica, 2026

Investimentos como vetor do avanço da conectividade

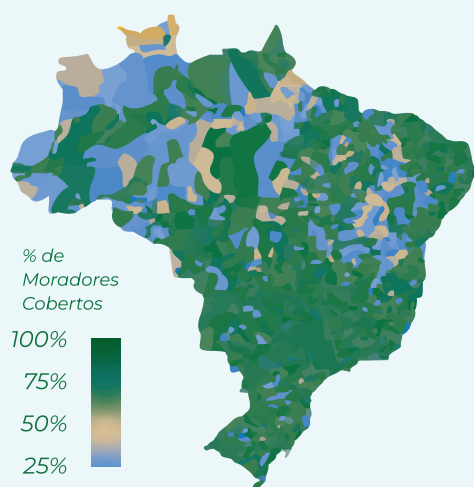
O Brasil registrou avanços significativos na expansão da infraestrutura de conectividade nos últimos anos, refletindo os investimentos contínuos do setor na expansão das redes. Apesar de ainda persistirem diferenças regionais, dados mostram evolução da cobertura entre 2022 e 2025 nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, cenário que reforça a importância da conectividade móvel como instrumento de inclusão digital e desenvolvimento regional.

Infraestrutura

Cobertura por 4G por município, 2025

Percentual da população municipal coberta com 4G ou 5G.

Fonte: Anatel / Elaboração: ECOA Consultoria Econômica



DF,
99,8%



SP,
99,2%



RJ,
99,1%

DF, SP e RJ se destacam com mais de **99%** de moradores cobertos por 4G e 5G

Os estados com maior gap mantêm mais de **78%** da cobertura, sendo eles **AC, PI e RR**



AC,
78%



PI,
78,5%



RR,
80%

Evolução da cobertura 4G por região, 2022 - 2025

Em porcentagem da população coberta. Fonte: Anatel. Elaboração: Ecoa Consultoria Econômica. Nota: evolução de cobertura tende a ser maior, uma vez que entre 2022 e 2025 a anatel mudou a metodologia de estimação de área coberta

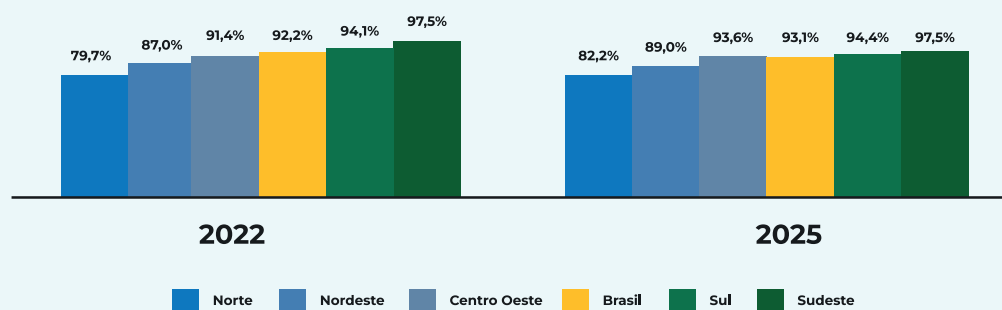


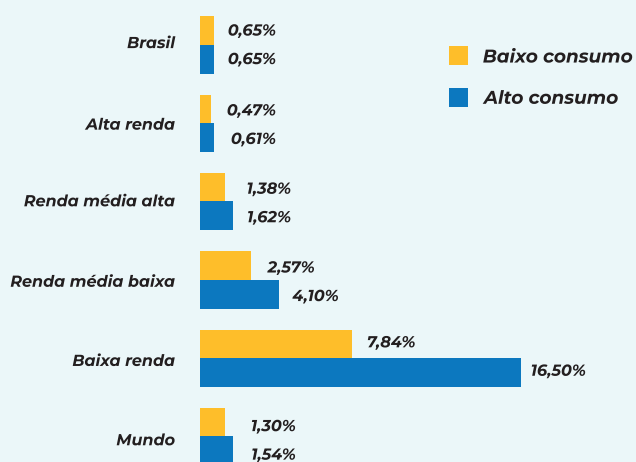
Gráfico 3 – Raio-X dos setores de TIC e Telecom no Brasil | Fonte: ECOA Consultoria Econômica, 2026.

Os dados evidenciam que os investimentos em conectividade produzem efeitos multiplicadores sobre toda a economia, impulsionando produtividade, inovação e crescimento. A expansão das tecnologias digitais, especialmente da Internet das Coisas (IoT), demonstra forte correlação com ganhos econômicos em diferentes setores, reforçando que as telecomunicações deixaram de ser apenas um setor de infraestrutura para se consolidarem como plataforma essencial para a transformação digital da indústria, do agronegócio, dos serviços e da administração pública.

Brasil se destaca pela competitividade em Telecom

Preço de cestas de alto e baixo consumo de telefonia móvel, 2025

Em % de PIB per capita. Fonte: ITU. Elaboração: Ecoa Consultoria Econômica. Nota: A cesta de baixo consumo é baseada em um uso mensal de mínimo de 500 MB de dados, 70 minutos de voz e 20 SMSs e a cesta de alto consumo corresponde a um uso de mensal de, no mínimo, 2GB, 140 minutos de voz e 70 SMSs.



Preços em relação ao PIB per capita estão em linha com os praticados nos países desenvolvidos

Receita por usuário móvel (ARPU) do Brasil, um indicador de pressão competitiva, está abaixo de países desenvolvidos e de pares latino-americanos (Statista, 2024)

Evolução dos preços de TIC e Telecom em comparação com outras cestas do IPCA, 2020 a 2025

Em índice (jan/2020 = 100). Fonte: IBGE. Elaboração: Ecoa Consultoria Econômica. Nota: A cesta de TIC e Telecom foi construída a partir de subitens selecionados do IPCA, listados no Anexo 4. As demais séries seguem a classificação oficial do IBGE.

Preços de TIC e Telecom cresceram 29 p.p. a menos que o IPCA desde 2020.

Menor inflação de todos os grupos de orçamento

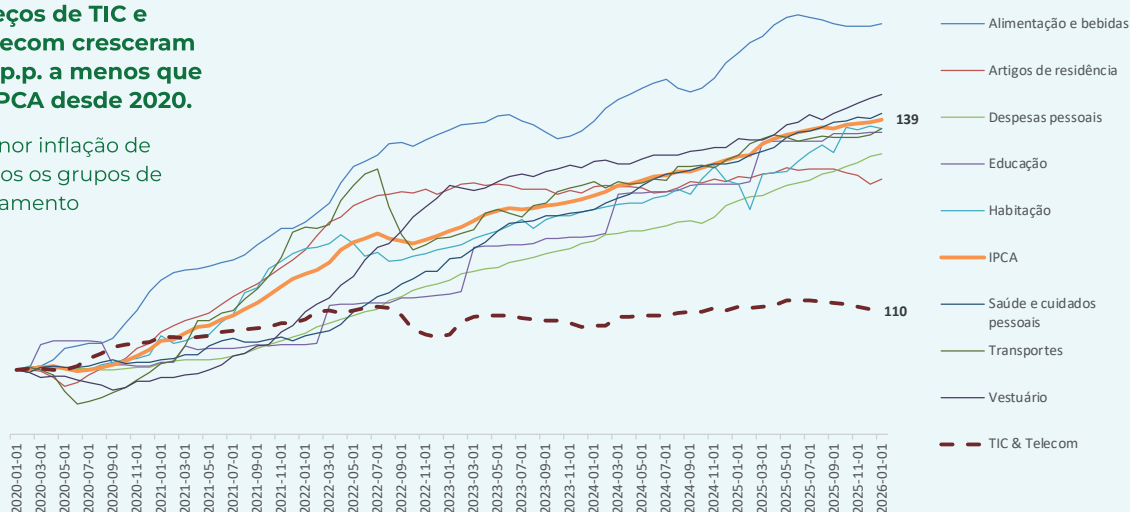


Gráfico 4 – Raio-X dos setores de TIC e Telecom no Brasil | Fonte: ECOA Consultoria Econômica, 2026.

O desafio para os próximos quatro anos consiste justamente em transformar esse potencial em estratégia nacional de desenvolvimento.

Mais do que uma agenda setorial, trata-se de uma agenda nacional. As redes de telecomunicações representam hoje a infraestrutura sobre a qual se apoiam a inteligência artificial, a computação em nuvem, os data centers, a indústria 4.0, o agronegócio digital, as cidades inteligentes, a educação conectada e os serviços públicos digitais.

Ao longo de quase três décadas, foram realizados investimentos acumulados superiores a R\$ 1,5 trilhão oriundos da iniciativa privada, viabilizando a construção de uma rede robusta, capilarizada e tecnologicamente avançada, capaz de sustentar a crescente demanda por conectividade em todo o território nacional.

Investimentos Setor de Telecomunicações acumulados (R\$ bilhões)

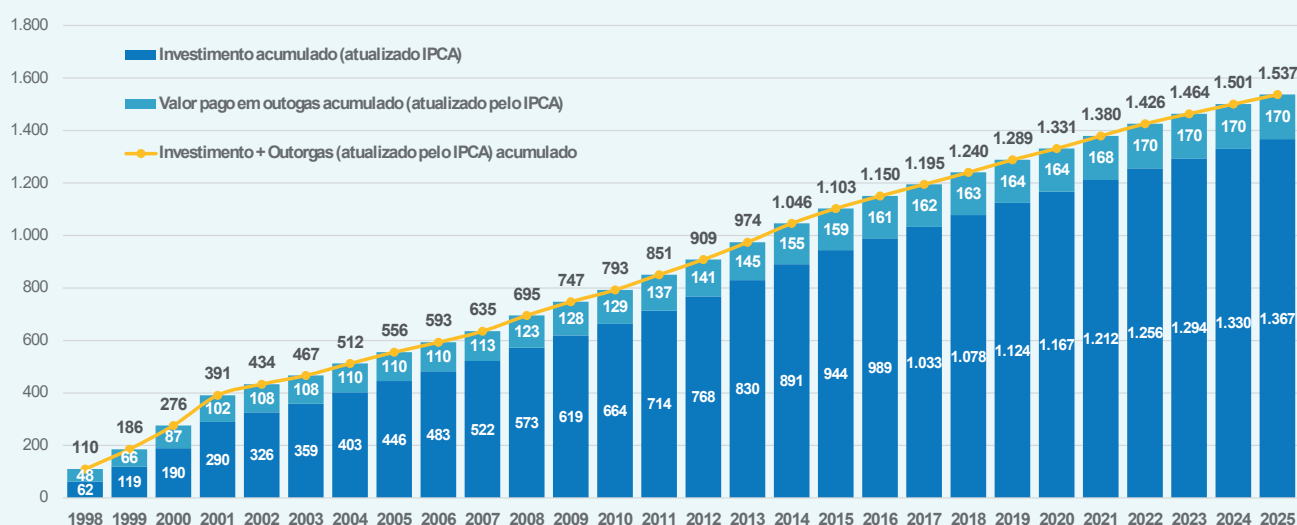


Gráfico 5 – Investimentos totais do Setor de Telecomunicações no Brasil em R\$ bilhões /
Fonte: Balanço das empresas prestadoras de serviços de telecomunicações, Anatel e Teleco

Esse esforço contínuo posicionou o Brasil entre os maiores mercados globais de telecomunicações, figurando entre os líderes mundiais em número de acessos e consumo de dados. O país contabiliza mais de 350 milhões de acessos aos serviços de telecomunicações – incluindo telefonia móvel, banda larga fixa, telefonia fixa e TV por assinatura – refletindo a dimensão continental do mercado e a centralidade desses serviços na vida cotidiana da população.

Acessos dos Serviços de Telecomunicações

em milhões

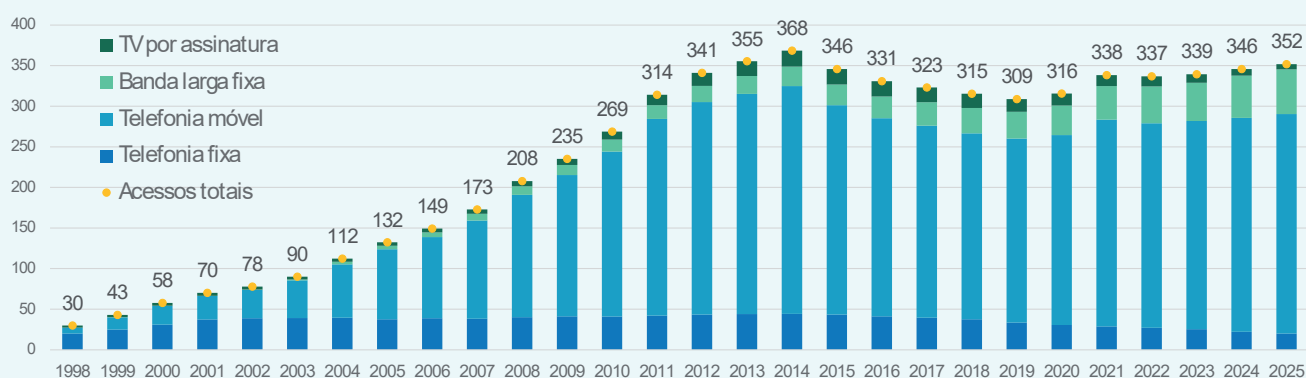


Gráfico 6 – Acessos dos serviços de telecomunicações no Brasil em milhões | Fonte: Anatel

Para os cidadãos, o acesso à conectividade representa a porta de entrada para um conjunto amplo de oportunidades: educação a distância, telemedicina, trabalho remoto, acesso à informação, serviços públicos digitais, inclusão financeira, empreendedorismo e participação social. Para os setores produtivos, a conectividade viabiliza a adoção de tecnologias avançadas, novos modelos de negócio e a integração a cadeias globais de valor, contribuindo para ganhos expressivos de eficiência e competitividade.

2. Agenda Brasil Digital: estratégica, coordenada e duradoura

A agenda Brasil Digital requer um Pacto, baseado na recíproca e urgente visão integrada entre Setor e Estado, articulada em dois eixos habilitadores, ou seja, uma arquitetura estrutural do setor com segurança jurídica e uso eficiente de recursos para garantir o Brasil conectado, além de uma visão das telecomunicações de forma integrada ao ecossistema digital para posicionar o Brasil na fronteira tecnológica.

Com as iniciativas habilitadoras estruturadas, abre-se espaço para a implementação do terceiro eixo de transformação, qual seja, o de um Brasil Digital com produtividade, inovação e soberania nacional.

Eixos



Arquitetura estrutural do setor com segurança jurídica e uso eficiente dos recursos para garantir Brasil sempre conectado



Telecom integrada ao ecossistema digital para posicionar o Brasil na fronteira tecnológica

A Segurança jurídica trazendo mais investimento e sustentabilidade para operadoras de telecom:

A1 - Arquitetura estrutural do setor com segurança jurídica e uso eficiente dos recursos para garantir Brasil sempre conectado

A2 - Duplicar infraestrutura é luxo que o Brasil continental não tem

A3 - Crimes contra infraestrutura são crimes contra a cidadania

A4 - Fundos que viram tributo são movimento disfuncional à digitalização

B Perspectiva regulatória mais ampla na construção de um Brasil Digital através da:

B1 - Maior entre **múltiplos reguladores**, com instrumentos para diagnosticar a evolução do ecossistema digital (da torre à OTT, ao satélite), **superando a insistência exclusiva nas redes locais**

B2 - Cooperação deve ser o novo motor da neutralidade de rede

B3 - Risco da criação de uma nova categoria de OTT fora qualquer conjunto de regras coerentes

Iniciativas de Transformação

C Ampliar o olhar para temas do futuro, com foco em tecnologias emergentes e ecossistema digital, mobilizando inclusive os fundos setoriais para fomentar políticas públicas de:

C1 - Talento digital: de consumidor de tecnologia a criador de tecnologia

C2 - Digitalização dos Serviços Públicos: de coleta de dados públicos a geração de valor com dados

C3 - Digitalização da Economia: da adoção de tech para potencializar atividades econômicas

C4 - Segurança Digital: é responsabilidade coletiva - hoje é solidão regulatória

C5 - Soberania Digital: é soberania nacional

Brasil pode ganhar até R\$ 1,3 trilhão com avanço da digitalização

2.1. Primeiro eixo habilitador: arquitetura estrutural do setor com segurança jurídica e uso eficiente de recursos para garantir Brasil conectado

Esse primeiro eixo habilitador visa ampliar a previsibilidade e incentivos ao investimento, de modo a reforçar a sustentabilidade das operadoras nas atividades fundamentais do setor. Isso implica garantir a articulação de 4 habilitadores:

2.1.1. Espectro não como recurso tático de curto prazo, mas como recurso estratégico de política industrial de longo prazo

Medidas

Objetivos

Separação clara entre planejamento e licitação de espectro

- Estabelecer que os processos licitatórios sejam não arrecadatórios e precedidos por:
- Definição de objetivos estratégicos nacionais para o ciclo tecnológico em questão;
- Estabelecimento de metas de cobertura, qualidade e alinhadas às necessidades regionais;
- Avaliação da maturidade econômica e tecnológica das gerações anteriores, evitando sobreposição de investimentos.

Alocação coordenada e previsível do espectro, com cronogramas de médio e longo prazo

- Permitir às empresas planejar seus investimentos de forma eficiente, reduzindo incertezas e custos de capital.

Integração entre política de espectro e políticas industriais, de inovação e de demanda

- Estimular o desenvolvimento de casos de uso relevantes (como indústria 4.0, agronegócio digital, cidades inteligentes);
- Promover a adoção de novas tecnologias por setores produtivos e pelo setor público;
- Garantir sustentabilidade dos investimentos realizados.

Racionalização das obrigações associadas aos leilões

- Assegurar que as obrigações sejam proporcionais, tecnicamente viáveis e economicamente sustentáveis e distribuídas de forma equilibrada entre os agentes, evitando distorções concorrenciais.

Pacificação da interpretação jurídica relativa à renovação sucessiva de licenças de uso de espectro, mediante consolidação de entendimento estável – inclusive no âmbito do Tribunal de Contas da União (TCU).

- Assegurar previsibilidade regulatória para os agentes econômicos, a continuidade operacional dos serviços, e condições adequadas para a alocação de capital em horizontes de longo prazo.

2.1.2. Compartilhamento de infraestrutura de rede entre as operadoras

Medidas

Objetivos

Estabelecimento de modernização do arcabouço legal e regulatório de uso de postes, com vistas à padronização das regras de compartilhamento de postes, com definição de modelo de precificação orientado a custos, contemplando períodos transitório e permanente

- Assegurar, durante o período transitório, o preço-teto de modo a assegurar previsibilidade e evitar distorções tarifárias;
- Implementar programa estruturado de reordenamento de postes, sem que acarrete em mais custos para as operadoras;
- Criar incentivos à regularização de ocupantes, incluindo provedores de menor porte, com vistas à ampliação da arrecadação, à melhoria da governança e à redução de passivos técnicos e regulatórios;
- Assegurar tratamento isonômico entre os ocupantes do poste, vedando tratamento assimétrico.

Reconhecimento do compartilhamento de redes de acesso (RAN) como instrumento legítimo e desejável de viabilização de infraestrutura, devendo ser enquadrado no arcabouço regulatório sob uma lógica de eficiência de rede e interesse público

- Assegurar a adoção de tratamento regulatório prioritário e previsível, com redução da dependência de análises caso a caso;
- Harmonizar regulação setorial e política concorrencial, de modo a evitar interpretações que desincentivem modelos eficientes de cooperação entre prestadoras;
- Estimular arranjos inovadores de compartilhamento, inclusive em contextos de redes 5G e futuras gerações, preservando o equilíbrio competitivo sem comprometer a expansão da infraestrutura.

2.1.3. Combater crimes contra infraestrutura, que devem ser considerados crimes contra a cidadania

Medidas

Objetivos

Criação de uma Política Pública de Proteção da Infraestrutura de Telecomunicações, Combate às Ações do Crime Organizado e ao Mercado Ilícito

- **Reconhecer formalmente a infraestrutura de telecomunicações como ativo crítico nacional,** com priorização de ações de segurança pública voltadas à prevenção e repressão de crimes como furto, vandalismo e sabotagem de redes;
- **Realizar ação coordenada e integrada envolvendo órgãos de fiscalização, inteligência e de segurança pública** na repressão das atividades operadas pelas organizações criminosas;
- **Aprimorar os mecanismos de rastreabilidade e controle de cadeias de recepção,** incluindo a regulamentação da comercialização de materiais como cobre e baterias, com exigência de identificação e registro de transações por parte de recidadoras e intermediários;
- **Expandir e integrar as bases de dados de identificação de dispositivos (IMEI),** com atuação coordenada entre operadoras, Anatel e autoridades de segurança, visando ao bloqueio efetivo de aparelhos roubados, furtados ou não homologados;
- **Incorporar tecnologias de monitoramento inteligente,** como sensores e câmeras com análise automatizada, em pontos críticos da infraestrutura, permitindo respostas mais rápidas e eficazes a incidentes.

Criação de um programa nacional de proteção física das redes de telecomunicações, com foco no combate a ações do crime organizado.

- Garantir a continuidade dos serviços de conectividade e a segurança física das equipes de manutenção, eliminando as "áreas de sombra" controladas pelo crime organizado.

Fiscalização da cadeia de “reciclagem”, garantindo o fim do anonimato na ponta final do crime e exigindo o rastreamento de transações em recicladoras de metais para a venda de cobre e baterias.

- Desestruturar a viabilidade econômica do furto de cabos e equipamentos ao impedir o escoamento de materiais roubados. Ao exigir o rastreamento das transações, busca-se identificar os receptadores e eliminar o lucro do crime organizado, garantindo a continuidade dos serviços de conectividade para a população.

2.1.4. Resignificar utilização dos fundos setoriais, hoje desalinhados da necessidade do setor

Medidas

Objetivos

Vedação ao contingenciamento de recursos do FUST e do Funttel

- Garantir sua aplicação integral em projetos alinhados às políticas públicas do setor.

Reavaliação e racionalização dos encargos setoriais

- Extinguir contribuições não diretamente vinculadas ao desenvolvimento das telecomunicações, como a Condecine-Teles e o CFRP, que oneram o setor sem retorno proporcional em investimentos ou benefícios estruturais.

Vinculação efetiva dos recursos arrecadados a investimentos em infraestrutura de conectividade

- Priorizar iniciativas de alto impacto social e econômico, tais como: (i) expansão de redes de banda larga em áreas não atendidas ou sem conectividade significativa; (ii) programas de reordenamento e modernização da infraestrutura de suporte, como postes; (iii) projetos de conectividade em escolas, unidades de saúde e serviços públicos essenciais; (iv) estímulo à adoção de tecnologias emergentes, como 5G e soluções de edge computing.

Adoção de modelos de subsídio inteligentes e orientados a resultados, inspirados em experiências internacionais

- Utilizar os recursos públicos para viabilizar economicamente projetos em regiões de baixa atratividade, mediante contrapartidas claras de cobertura, qualidade e continuidade do serviço.

Ampliação da base contributiva dos fundos setoriais

- Incluir agentes que se beneficiam diretamente da infraestrutura de conectividade, como provedores de aplicações digitais (OTTs) e plataformas de serviços online, de modo a promover maior equidade no financiamento do ecossistema digital.

Renovação da modalidade “Fust Direto”, constante do art. 6º-A da Lei do Fust.

- Renovar a possibilidade de benefício fiscal, que consiste na assunção de compromissos de investimentos (a partir de editais do Ministério das Comunicações) ao invés de recolhimento integral do Fust, propiciando políticas públicas exitosas como a conectividade de escolas públicas

Garantir maior disponibilidade de recursos do FUST

- Aumentar o percentual de utilização do FUST na modalidade não-reembolsável, viabilizando a promoção de políticas públicas que avancem na transformação digital do País

2.2. Segundo eixo habilitador: telecom integrada ao ecossistema digital para posicionar o Brasil na fronteira tecnológica

O segundo eixo habilitador propõe uma agenda regulatória mais ampla para viabilizar o salto de um Brasil Conectado para um Brasil Digital, com a introdução de novas frentes e instrumentos que permitam a evolução das telecomunicações e sua plena integração ao ecossistema digital.

2.2.1. Coordenar de forma eficiente múltiplos reguladores, com instrumentos para diagnosticar a evolução do ecossistema digital e suas respectivas necessidades

Medidas

Objetivos

Ampliar a atuação do Ministério das Comunicações para atuar como Ministério da Digitalização com premissa institucional de coordenação de política pública na área digital

- Ter um órgão centralizador da pauta digital, evitando sobreposição de normas e decisões, especialmente em temas transversais como proteção de dados, inteligência artificial, cibersegurança e serviços digitais, com definição clara de competências e mecanismos de resolução de conflitos regulatórios; harmonização de entendimentos e diretrizes e redução de custos de conformidade e aumento da previsibilidade.

Ampliação do perímetro de atuação da Anatel, com vistas à sua evolução para uma "Agência Digital", com instrumentos adequados para atuar sobre toda a cadeia de valor.

- Analisar e endereçar assimetrias regulatórias entre infraestrutura, plataformas digitais e provedores de serviços;
- Integrar temas como conectividade, dados, nuvem, cibersegurança e inteligência artificial em uma visão sistêmica;
- Atuar de forma coordenada com outras autoridades, preservando especializações, mas evitando fragmentação excessiva.

Promoção de mecanismos de autorregulação e correção setorial, incentivando a participação ativa dos agentes de mercado na definição de padrões, boas práticas e soluções inovadoras, sob supervisão regulatória

- Aumentar a agilidade na resposta a mudanças tecnológicas;
- Reduzir a necessidade de intervenções normativas excessivamente detalhadas;
- Estimular a responsabilidade compartilhada entre os diversos atores do ecossistema.

2.2.2. Reforçar política de investimento na neutralidade de rede

Medidas

Objetivos

Reconhecimento jurídico da distinção entre relações B2C e B2B

- Estabelecer, de forma clara, que a diferenciação de preços ou condições comerciais no âmbito de acordos entre empresas (por exemplo, entre operadoras e provedores de conteúdo) se enquadra dentro das regras de neutralidade de rede, desde que seja preservado o acesso isonômico e não discriminatório aos conteúdos e aplicações para os usuários; e não haja degradação arbitrária de tráfego ou bloqueio de serviços.

Garantia de segurança jurídica para a livre negociação entre operadoras e grandes plataformas digitais, especialmente em função do tráfego intensivo gerado por essas empresas

- Garantir a liberdade na celebração de acordos comerciais baseados em critérios objetivos, como volume de dados, padrões de uso e custos de rede;
- Fomentar o desenvolvimento de soluções técnicas colaborativas para otimização do tráfego, melhoria da qualidade de serviço e redução de latência;
- Construir um modelo mais equilibrado de financiamento da infraestrutura digital, alinhado ao princípio de uso proporcional.

2.2.3. Modernizar governança regulatória, reconhecendo que o ecossistema exige regras coerentes para mesmas atividades

Medidas

Objetivos

Assegurar isonomia regulatória e competitiva

- Garantir que prestadoras de serviços satelitais estejam sujeitas a obrigações equivalentes às das operadoras de telecomunicações quando ofertarem serviços comparáveis ao usuário final

Estabelecer o princípio da complementaridade entre redes terrestres e satelitais

- Orientar políticas públicas e decisões regulatórias para que cada tecnologia seja empregada nos contextos em que apresenta maior eficiência econômica e técnica, em especial: uso prioritário do satélite para cobertura de áreas remotas, rurais e de baixa densidade populacional; integração com redes móveis e fixas para garantir continuidade de serviço e melhor experiência do usuário.

Fortalecer a gestão e coordenação do espectro

- Assegurar coexistência harmoniosa entre diferentes tecnologias e prevenindo interferências prejudiciais.

Adotar abordagem regulatória gradual e baseada em evidências, com a utilização de projetos-piloto e ambientes regulatórios experimentais

- Avaliar impactos técnicos, econômicos e concorrenciais antes da adoção de medidas definitivas.

2.3 Terceiro eixo de transformação - Brasil Digital: com produtividade, inovação e soberania nacional

Com as iniciativas habilitadoras estruturadas, abre-se espaço para a implementação do terceiro eixo de transformação, o de um Brasil Digital com produtividade, inovação e soberania nacional. Tais iniciativas têm o objetivo de ampliar o olhar para temas do futuro, com foco em tecnologias emergentes e ecossistema digital. Recursos do BNDES, fundos setoriais e do orçamento público podem ser direcionados a essas iniciativas com a finalidade de migrarmos de uma economia de base industrial para uma economia de base digital.

2.3.1. Fomento de políticas públicas de digitalização

A. Talentos digitais

Medidas

Objetivos

Instituição de programas de subsídio à conectividade, destinados a estudantes do ensino médio, técnico e superior, bem como à população em situação de vulnerabilidade socioeconômica, para fins de letramento digital

- Assegurar acesso a conectividade de qualidade;
- Reduzir barreiras de entrada ao ambiente digital educacional;
- Promover equidade de oportunidades no desenvolvimento de competências digitais.

Criação de programas nacionais de capacitação em habilidades digitais, com foco em áreas estratégicas para o futuro do trabalho

- Capacitar a população em temas de vanguarda como:
 - Programação e desenvolvimento de software;
 - Ciência de dados e análise avançada; Inteligência artificial, incluindo aplicações de IA generativa;
 - Cibersegurança e proteção de dados;
 - Tecnologias de redes avançadas, como 5G e edge computing.

Estímulo à criação de centros regionais de capacitação e inovação, especialmente em regiões menos desenvolvidas

- Promover a integração entre formação técnica, empreendedorismo digital e acesso à infraestrutura de conectividade.

B. Serviços públicos digitais

Medidas

Objetivos

Promoção da Saúde digital integrada

- Implantar prontuários eletrônicos plenamente interoperáveis em toda a rede do SUS, assegurando histórico clínico unificado e acessível em diferentes níveis de atendimento;
- Desenvolver uma plataforma nacional de telemedicina, ampliando o acesso a consultas, diagnósticos e acompanhamento remoto, especialmente em regiões remotas;
- Fomentar o uso de análise de dados e inteligência artificial para vigilância epidemiológica, gestão de recursos hospitalares e formulação de políticas preventivas.

Fomento a uma educação conectada e orientada por dados

- Universalizar a conectividade de alta capacidade em 100% das escolas públicas, com prioridade para redes de fibra óptica e soluções complementares em áreas remotas;
- Adotar plataformas digitais de aprendizagem adaptativa, capazes de personalizar o ensino de acordo com o desempenho dos alunos e apoiar professores na gestão pedagógica;
- Integrar dados educacionais para monitoramento em tempo real de indicadores como evasão, frequência e desempenho, permitindo intervenções mais eficazes.

Segurança pública orientada por inteligência

- Promover a integração nacional de bases de dados policiais, respeitados os marcos legais de proteção de dados; o uso de ferramentas de análise preditiva e o georreferenciamento para prevenção e combate ao crime; e a implementação de tecnologias de monitoramento inteligente em áreas críticas, em articulação com políticas urbanas e de infraestrutura.

Instituição de programas de subsídio à conectividade, destinados à população de baixa renda (CadÚnico) para acesso a serviços públicos digitais essenciais

- Assegurar acesso a conectividade de qualidade;
- Promover equidade de oportunidades de acesso aos serviços públicos essenciais digitalizados

Modernização da Seguridade Social

- Expandir os serviços digitais do INSS para evitar a necessidade de comparecimento presencial nos postos de atendimento;
- Utilização de biometria e reconhecimento facial integrado ao Gov.br como prova de vida
- Triagem automática de dúvidas frequentes via celular liberando servidores para casos mais complexos.
- Uso de IA para análise de documentos, cruzamento de dados e identificação de inconsistências cadastrais.
- Perícia médica por telemedicina para casos de baixa complexidade e em municípios sem perito presencial
- Agendamento digital com filas virtuais

C. Economia digital

Medidas

Objetivos

Desenvolvimento e estímulo a redes privadas 5G para o setor industrial

- Permitir a conectividade de alta confiabilidade e baixa latência para ambientes produtivos;
- Integração em tempo real entre máquinas, sensores e sistemas de gestão;
- Implementação de soluções avançadas de automação, manutenção preditiva e controle de qualidade.

Estruturação de serviços públicos digitais baseados em IoT para o agronegócio

- Incentivar plataformas integradas de dados agrícolas, combinando informações de sensores, clima, solo e imagens de satélite;
- Incentivar a oferta de serviços analíticos ao produtor rural, como alertas de manejo, previsões de safra e recomendações personalizadas;
- Apoio à inclusão digital no campo, com expansão da conectividade em áreas rurais como condição habilitadora.

Fomento à integração de dados empresariais

- Incentivar a adoção de soluções que conectem sistemas operacionais e estratégicos (como ERP, CRM e plataformas analíticas), especialmente em pequenas e médias empresas.

Promoção de ecossistemas de inovação baseados em dados

- Incentivar o compartilhamento seguro e estruturado de informações entre empresas, startups e centros de pesquisa, com salvaguardas adequadas de proteção de dados e propriedade intelectual.

Capacitação empresarial para uso estratégico de dados

- Complementar as políticas de formação de talentos digitais, com foco em lideranças e gestores, de modo a acelerar a transformação cultural necessária à adoção de modelos orientados por dados.

Desoneração tributária focalizada para smartphones de entrada

- Ampliar o acesso da população de baixa renda a dispositivos regulares, especialmente dispositivos com tecnologia 5G de até R\$ 2.000, mediante isenção ou redução de tributos como PIS/COFINS ou equivalentes. Atualmente, em um aparelho de R\$ 1.000, a carga tributária pode atingir cerca de R\$ 370, o que ampliaria a diferença de preço em relação a produtos ilegais e incentivaria a informalidade
- Estimular a inclusão digital, fomentando pequenos negócios e fortalecendo a arrecadação no médio prazo, ao deslocar a demanda para o mercado formal.

2.3.2. Investimento na Segurança digital

Medidas

Objetivos

Criação de um ambiente institucional colaborativo para o combate a fraudes digitais

- Promover a integração de operadoras de telecomunicações, plataformas digitais, instituições financeiras, autoridades de segurança pública e órgãos reguladores, em ações efetivas ao combate às fraudes.

Definição clara dos limites de atuação das prestadoras de telecomunicações

- Assegurar que a contribuição das Prestadoras ocorra dentro de sua capacidade legal e técnica, especialmente no que se refere à infraestrutura e aos metadados, sem adentrar na análise de conteúdo das comunicações, em respeito a direitos Constitucionais e ao marco legal vigente.

Estabelecimento de obrigações específicas para plataformas digitais e redes sociais

- Exigir a implementação de mecanismos eficazes de prevenção a fraudes na origem, incluindo sistemas de detecção e bloqueio de contas fraudulentas; monitoramento de comportamentos suspeitos em larga escala; e cooperação ativa com autoridades e demais agentes do ecossistema.

Promoção de isonomia regulatória em matéria de segurança digital

- Garantir que diferentes agentes – incluindo telecomunicações, plataformas digitais e provedores de aplicações – compartilhem responsabilidades proporcionais à sua atuação e capacidade de mitigação de riscos, evitando a migração criminosa entre canais (como o deslocamento de fraudes de chamadas telefônicas para aplicativos de mensageria).

Adoção de mecanismos de identificação de chamadas

- Incentivar a adesão a soluções como o “Origem Verificada” para chamadas, de modo que a identificação do chamador seja uma camada adicional de segurança.

Fomento ao desenvolvimento e adoção de tecnologias avançadas de segurança, incluindo inteligência artificial, análise comportamental e autenticação multifator, com apoio de políticas públicas e incentivos à inovação

- Trazer camadas de segurança aos serviços prestados pelos diferentes setores econômicos.

2.3.3. Garantia de soberania tecnológica

Medidas

Objetivos

Posicionamento do Brasil como hub regional e global de infraestrutura digital

- Focar na atração de investimentos em data centers e serviços associados, mediante: planejamento integrado entre política energética, ambiental e digital, aproveitando a vantagem comparativa da matriz limpa; e incentivo à descentralização geográfica das infraestruturas, promovendo desenvolvimento regional e maior resiliência sistêmica.
- Garantir acesso à energia competitiva, confiável e sustentável – fator crítico para a viabilidade econômica de data centers.

Instituição de um regime de incentivos fiscais e regulatórios para infraestrutura digital, abrangendo data centers, redes de alta capacidade e tecnologias associadas

- Reduzir o custo de capital e aumentar a competitividade do Brasil frente a outros mercados;
- Estimular a internalização de cadeias de valor ligadas à economia de dados.

Desenvolver um marco regulatório claro e equilibrado para inteligência artificial

- Garantir segurança jurídica para inovação e investimentos;
- Estabelecer princípios de uso responsável, transparência e proteção de direitos;
- Reconhecer o papel estratégico das operadoras de telecomunicações como provedoras de infraestrutura, dados e capacidades de edge computing, essenciais para o desenvolvimento e a implementação de soluções de IA em larga escala.

Fomentar ecossistemas de inovação e desenvolvimento tecnológico

- Estimular a cooperação entre empresas, universidades e centros de pesquisa, bem como à criação de ambientes de experimentação regulatória (sandboxes) para novas tecnologias.

3. Conclusão: uma nova equação conjunta de Estado com Setor de Telecomunicações para viabilizar o salto digital do Brasil

O momento atual impõe uma reflexão estratégica. A continuidade desse processo – e sua evolução para um estágio mais avançado de digitalização – não poderá ser sustentada exclusivamente pelos mecanismos que viabilizaram a expansão da conectividade até aqui.



Neste sentido, é preciso avançar em um modelo de atuação complementar entre investimentos privados e interesses públicos, em que ambos atuam de forma coordenada para viabilizar o salto digital. Essa abordagem se materializa por meio de uma direção e

tégia e coordenada do poder público, seus respectivos fundos setoriais e demais instrumentos disponíveis rumo à digitalização com: fomento de políticas públicas; do investimento na segurança digital e no fortalecimento da soberania tecnológica.

O avanço nessa agenda depende da capacidade de remover barreiras existentes e de alinhar incentivos entre os diferentes agentes do ecossistema, criando as condições para que o Brasil possa se posicionar como um dos líderes na nova era da Economia Digital.





coneis
brasil.digital

conexis
brasil.digital